



21/10/2022

Número: **5004589-60.2022.8.13.0512**

Classe: **[CÍVEL] PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA**

Órgão julgador: **Unidade Jurisdicional da Comarca de Pirapora**

Última distribuição : **01/08/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Concessão / Permissão / Autorização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
CLINICA MEDICA DE PIRAPORA LTDA (REQUERENTE)	
	GUSTAVO FERREIRA MARRA DE SOUZA (ADVOGADO) LEONARDO DE SOUZA AMANCIO (ADVOGADO)
ESTADO DE MINAS GERAIS (REQUERIDO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9566452324	01/08/2022 23:04	PETIÇÃO INICIAL	PETIÇÃO INICIAL

**EXMO(A) SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA UNIDADE
JURISDICCIONAL DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PUBLICA
ESTADUAL DA COMARCA DE PIRAPORA**

CLÍNICA MÉDICA DE PIRAPORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 45.216.717/0001-03, com sede na cidade de Pirapora, MG, na Rua ANTONIO NASCIMENTO, nº 76, bairro CENTRO, CEP 39.270-082, neste ato representada pelo seu sócio e representante legal, **IVAN ZORNOFF DE MATTOS**, brasileiro, estado civil casado, profissão empresário, inscrito no CPF sob nº 077.979.657-81 e portador do RG/SSP/SP nº 331628168 residente e domiciliado na cidade de Divino, MG, na rua Presidente Vargas nº 126, bairro Centro, CEP 36.820-000;

Vêm, perante Vossa Excelência, por seus advogados, com instrumento de procuração em anexo, e domicílio profissional na Avenida João Pinheiro, nº 274, Bairro Lourdes, na cidade de Belo Horizonte – MG, propor a presente:

AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Em face do **ESTADO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.715.516.0001/88, que deverá ser citada na pessoa do Advogado-Geral do Estado, na sede situada na rua Espírito Santo, nº 495, Bairro Centro, CEP 30.160-030, Cidade de Belo Horizonte–MG. pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

DOS FATOS:

A Autora é empresa privada, cujo objeto é a prestação de serviço médico e psicológico com fulcro no procedimento de habilitação veicular.

Para desempenhar tal atividade, necessita de credenciamento junto ao departamento de trânsito de Minas Gerais, e, portanto, permanece atenta a



liberação do certame que permitisse realizar o rito necessário a figurar entre as empresas autorizadas a prestar o serviço no Estado de Minas Gerais.

No dia 14 de janeiro de 2022, o DETRAN/MG, publicou a portaria 23/2022, cujo teor estabelece o procedimento para credenciar clínicas médicas e psicológicas.

Entre as exigências estão a adequação estrutural com sala destinada ao atendimento médico, psicológico, recepção, banheiros feminino, masculino e um adaptado aos portadores de necessidades especiais, assim como na habilitação documental, com as notas fiscais de equipamentos, alvará da prefeitura, sanitário, auto de vistoria do corpo de bombeiros, além das comprovações técnicas dos profissionais.

De boa-fé, visando cumprir com o determinado na portaria supracitada, locaram os imóveis, realizaram as obras necessárias, compraram equipamentos especializados, providenciaram a emissão de documentos junto aos órgãos competentes, e, inclusive, a solicitação de registro nos conselhos de medicina e psicologia.

Conforme é possível extrair dos documentos em anexo a peça, os itens foram devidamente apresentados ao DETRAN/MG, demonstrando, por consequência que, a Autora não só cumpriu com o exigido, mas que também realizou elevado investimento.

Ocorre que, para a surpresa da Autora, o Departamento de trânsito de Minas Gerais publicou nova portaria no dia 01 de junho de 2022, determinando a suspensão do processo de credenciamento em razão de decisão cautelar do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Estarrecida com a situação, visto que, de boa-fé cumpriu com estabelecido no certame, buscou todas as informações pertinentes a suspensão cautelar realizada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Ao verificar a tramitação do procedimento junto ao TCE, constataram que, trata-se de denúncia formulada pela associação de clínicas médicas e psicológicas do Estado de Minas Gerais –ACTRANS, que em síntese, alegou



inconstitucionalidade formal na portaria de credenciamento por estabelecer requisitos não dispostos pela União, detentora de competência privativa para legislar em matéria de trânsito. Por fim, alegou ainda que, a referida norma não contemplava o princípio constitucional da eficiência.

Inicialmente a denúncia foi distribuída para segunda câmara do TCE, sob a relatoria do conselheiro Licurgo Mourão, que notificou o DETRAN/MG para prestar esclarecimentos, o que ocorreu a tempo e modo, refutando as alegações da denúncia, principalmente no sentido demonstrar que não houve usurpação de competência em razão da portaria 23/2022, mas tão somente trazer as matérias já regulamentadas nas resoluções do CONTRAN e DENATRAN, órgãos federais.

Esclareceu também que, em relação ao princípio da eficiência, não há que se falar em descumprimento, visto que, o STF, por meio da ADI 5774/MG, declarou a inconstitucionalidade da lei que limitava o número de clínicas por eleitores, ou seja, o DETRAN/MG não poderia realizar qualquer tipo de restrição numérica ao credenciamento dos interessados que cumprissem com os requisitos mínimos.

Pois bem, com as informações prestadas pelo DETRAN, os autos foram remetidos a Diretoria de Controle Externo do Estado de Minas Gerais, mais precisamente a 1º Coordenadoria de Fiscalização do Estado para análise técnica.

Conforme consta em anexo, o parecer técnico foi enfático ao concluir que o processo deveria ser extinto sem resolução de mérito por ilegitimidade do TCE para apreciar a matéria apresentada, bem como sugeriu o não acolhimento da cautelar por não ter ocorrido qualquer transgressão legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nos termos do art. 275, I, do Regimento Interno do TCE/MG

Ocorre que, de forma surpreendente, o processo foi redistribuído, agora para a 1º Câmara sob a relatoria do conselheiro Durval Ângelo, em que, o

